

CENTRALIZAÇÃO CURRICULAR: Inquietações de uma professora que ensina matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental

Renata Cristina Albieri dos Reis¹

GD17 - Currículo, Políticas Públicas e Educação Matemática

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar criticamente o contexto de elaboração da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, a partir da experiência da autora enquanto professora de uma escola da rede municipal de São José do Rio Preto – SP, que ensina matemática e participou da etapa de discussões da BNCC. A proposta da pesquisa será conduzida a partir da autonarrativa, considerando as experiências de si na construção da realidade frente ao centralização curricular. A autonarrativa será usada como metodologia de pesquisa qualitativa, visto que a característica fundamental dessa abordagem é a possibilidade da compreensão do objeto de estudo a partir da sua relação com o pesquisador. Para tal, serão utilizados registros das memórias da pesquisadora proponente como fonte de dados para a análise do processo e reconstrução da história, fundamentadas nas Teorias Críticas de Currículo.

Palavras-chave: Reforma curricular. Currículo de Matemática. Teoria Crítica do Currículo.

INTRODUÇÃO

A Educação Básica nacional nos níveis de ensino Infantil e Fundamental, vivencia um complexo processo de reforma mediante o movimento de centralização curricular suscitado pela homologação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Trata-se de um documento normativo, que conforme seu texto introdutório, constitui diretrizes obrigatórias para balizar a elaboração dos currículos das instituições de ensino, dos sistemas públicos e privados em todo território nacional. Estes por sua vez devem garantir o desenvolvimento de um conjunto de aprendizagens mínimas essenciais que preparem os sujeitos para a vida em sociedade frente às demandas do século XXI, as desigualdades educacionais.

Apesar de serem divulgadas pelos órgãos oficiais como possibilidade de desenvolver novas práticas escolares através de melhorias no ensino e das condições de aprendizagem, as reformas curriculares precisam ser acompanhadas por um intenso debate público, no

¹ UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP; Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos - Educação Matemática; Mestrado; renatareisalbieri@gmail.com; orientador: Harryson Júnio Lessa Gonçalves.

sentido de compreender o verdadeiro sentido de sua implementação, assim como promover, reflexões sobre as múltiplas questões que envolvem as políticas curriculares. Tais debates carecem de estar ancorados na ideia de educação como processo de formação emancipatória, a partir do entendimento de que as mudanças promovidas pelas reformas não se limitam ao campo do conhecimento, mas representam mudanças que reverberam-se nas dimensões, políticas, econômicas e sociais, e se concretizam em práticas do cotidiano escolar.

É consenso entre os referenciais dos estudos de currículo e suas teorias, a relação entre o documento curricular, a formação do indivíduo e da sociedade. Considerando o currículo como elemento essencial da cultura escolar, Sacristán (2013) aponta que ele “serve para imaginar o futuro” definindo-o como “componente formador da realidade do sistema de educação” (SACRITÁN, 2013, p.09), resultado de um processo de escolhas e opções políticas e econômicas que concretizam as aspirações, interesses e ideais de um grupo, geralmente, o que detém o poder e, por isso, acabam mantendo a velha ordem social e reproduzindo as desigualdades entre os indivíduos e grupos. Silva (2017) ao propor reflexões sobre as teorias do currículo o reconhece como “resultado de uma seleção” (SILVA 2017, p.15), ou seja, o conjunto de saberes que irão compor o percurso formativo dos estudantes é resultado de escolhas, cujo produto está diretamente ligado ao tipo de sociedade que se deseja construir. Para o autor, “nas teorias de currículo, entretanto, a pergunta o quê? Nunca está separada de um outro importante pergunta: o que eles ou elas devem ser? [...] qual é o tipo de ser humano desejável para um determinado tipo de sociedade? (SILVA 2017, p.15)

Da mesma forma Apple (1994) concebe o currículo como parte de uma tradição seletiva que não se limita aos conteúdos escolares, ressaltando que neste campo de política de conhecimento oficial, as aprendizagens, conhecimentos e saberes são produtos dessa seleção intencional, que resulta numa dinâmica social, que privilegia um grupo e marginaliza outros. Essas reflexões corroboram com o pensamento de que freiriano que não existe neutralidade política e ideológica na prática educativa. Assim, o currículo desempenha um papel decisivo na reprodução das relações de poder existentes na sociedade pós-moderna.

As reformas educacionais, geralmente são justificáveis pelas transformações sociais, conforme afirma, elas “são construídas social e historicamente” e “partem de contingências sociais” (MATE, 2001, p.121). Segundo a autora, além de surgirem para reorganizar a

sociedade frente ao contexto político social, as reformas são regidas por de relações de poder inerentes ao currículo.

Avançando com o conceito de política do conhecimento oficial Mate (2001), afirma que as práticas resultantes de tais escolhas suprimem práticas e saberes profissionais significativamente positivos. Para ela “esse movimento transforma-se em um *corpus* que reúne e consagra princípios e práticas, tornando-se um conjunto de verdades” (MATE 2001, p.120). Apple (1994), também aponta que alguns mecanismos são utilizados para promover a naturalização dessas mudanças. Dentre eles estão as avaliações em larga escala, que exercem uma influência significativa na orientação do trabalho pedagógico, seguidas da reformulação dos materiais didáticos e da formação continuada de professores. Estas manobras, apesar de necessárias, são impostas de modo a inviabilizar espaços e tempos para o debate sobre o novo documento, promovendo o comprazimento do conjunto de conhecimentos que compõem o currículo.

Evidenciadas as dimensões políticas e as relações de poder inerentes ao currículo, a área da Educação Matemática também deve ser compreendida como espaço para discussões que envolvem a política do conhecimento. Nessa perspectiva,

[...] o ensino da matemática se confirma como “ato político”, pois concede ao indivíduo, condições de se posicionar e tomar decisões frente às demandas sociais. A exigência que se faz a um currículo é uma mudança de atitude frente ao discurso de formação, para que se possa formar para decodificar a manipulação ideológica produzida na sociedade atual, em direção ao cultivo dos valores democráticos na educação e no mundo da vida. (PERALTA; GONÇALVES, 2018, p.57)

O ensino da matemática no contexto de centralização curricular, em que o conhecimento hegemônico se propaga em proporções nacionais, torna-se um instrumento de dominação e perpetuação das relações de poder. A política do conhecimento oficial, como afirma D’Ambrósio (2013), favorece o enfraquecimento das raízes do “conquistado” pelo “conquistador”, removendo seus vínculos históricos de modo a “efetivar a conquista”. Nesse sentido,

[...] pensar nas escolhas que hoje fazemos, sim, são escolhas, é preciso que busquemos compreender como, historicamente, um conjunto de conhecimentos, de valores e princípios foram se tornando hegemônicos, como nos tornamos o que somos”. (KNIJNIK, 2001, p. 09)

Dessa forma, busca-se, com esse trabalho, investigar a instituição dessa nova política de conhecimento à partir da narrativa das experiências dos professores envolvidos neste de

centralização curricular, movimento que carrega uma carga ideológica e vai além de um processo de normatização das aprendizagens essenciais. A análise das impressões e inquietações destes sujeitos pode desvelar a racionalidade técnica que conduz as políticas curriculares.

OBJETIVOS

O processo de elaboração da BNCC segundo o Conselho Nacional de Educação e Ministério da Educação, aconteceu de forma participativa e democrática, predicados justificados pela participação pública de pessoas e instituições na chamada “etapa de discussão”. Contudo, esse contexto representa um complexo processo de construção da realidade, que implica também na construção da subjetividade dos sujeitos nele envolvidos e na forma que eles compreendem essa nova realidade.

Nesse sentido, os objetivos desta pesquisa serão conduzidos a partir dois fios condutores, o processo de centralização curricular e as implicações do mesmo na construção da subjetividade da pesquisadora proponente, que assume a natureza paradoxal de produtor e produto no centro da pesquisa.

Objetivo Geral

- analisar a etapa de discussão da Base Nacional Comum Curricular e a relação desse processo com o ensino da matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Objetivos Específicos

- refletir sobre as implicações do processo de centralização curricular na subjetividade da pesquisadora por meio da autonarrativa de seu envolvimento no processo;
- Identificar os parâmetros que subsidiaram a participação de uma professora envolvida no processo de discussão do currículo de matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

METODOLOGIA

Um dos desafios na elaboração de um projeto de pesquisa é a escolha de uma metodologia adequada para o processo investigativo em questão. Essa escolha envolve questões que ultrapassam as dimensões técnicas e procedimentais que oriente o pesquisador no desenvolvimento da pesquisa. Destarte, é de fundamental importância voltar-se ao “problema inicial” projeto de pesquisa refletindo sobre a natureza semântica do mesmo, respondendo primeiro as questões íntimas do pesquisador, tais como, quais os motivos para esse problema se tornar tão latente a ponto de me motivar a desenvolver uma pesquisa acadêmica para resolvê-lo? Que benefícios serão produzidos para a sociedade de forma geral a partir dos resultados da minha pesquisa? Sem dúvida responder as essas inquietações produzem um efeito de sentido que vão além dos possíveis procedimentos de coleta de tratamento e análise de dados.

Para este projeto, a resposta para as “questões íntimas” que o motivaram foi fundamental para a escolha da metodologia proposta. A primeira motivação surgiu no exercício da docência, “quais conhecimentos são de fato relevantes para os meus alunos?”; logo essa inquietação provocou outras, “por que eu devo garantir o desenvolvimento de tais expectativas (ou direitos, objetivos) de aprendizagem?”, “de onde vem esse currículo? Será que seus autores compreendem as reais necessidades formativas de todos os meus alunos, considerando a diversidade inerente ao contexto escolar?”, “quais os critérios de qualidade em educação utilizados pelos órgãos oficiais para avaliar a minha prática docente?”. Ao passo que estas inquietações se combinavam, produzindo muitas outras, existia ainda o desafio de ensinar, ação essa que se tornava cada vez mais complexa frente às imposições do sistema educacional.

Entretanto, a possibilidade de desenvolver uma pesquisa científica à nível de mestrado, em tempos de reforma curricular, despontou como oportunidade para buscar respostas à tais perguntas. Nesse sentido, o tema desse projeto de pesquisa pode ser definido através da questão, “qual o espaço para o protagonismo do professor na autoria do currículo em tempos de centralização curricular?”. Refletindo sobre essa questão, foi possível perceber

que os dados, os seus procedimentos de coleta, tratamento e análise são tão íntimos quanto a própria pergunta, e por estarem impregnados na memória da proponente deste projeto são passíveis de serem acessados e analisados.

Desse modo, abordar essa pesquisa qualitativamente através da metodologia de autonarrativa, configura-se um caminho que permite a reconstrução da história a partir da experiência. Para Jorge Larrosa (2000) a experiência é "o que nos acontece" e não "o que acontece", portanto, retomar as "ruínas da nossa biblioteca" permite, nas palavras do autor, "transformar nossa inquietude em história":

E para essa transformação, para esse alívio, acaso contamos com outra coisa a não ser com os restos desordenados das histórias recebidas? E isso a que chamamos autoconsciência ou identidade pessoal, isso que, ao que parece, tem uma forma essencialmente narrativa, não será talvez a forma sempre provisória e a ponto de desmoronar que damos ao trabalho infinito de distrair, de consolar ou de acalmar com histórias pessoais aquilo que nos inquieta? (LARROSA, 2000, p.22)

Para Clandinin e Conelly (2011), "a contribuição de uma pesquisa narrativa está mais no âmbito de apresentar uma nova percepção de sentido e relevância acerca do tópico de pesquisa" (CLANDININ e CONELLY, 2011, p. 75), envolve a experiência e os seus efeitos na compreensão da realidade.

O contar sobre nós mesmos, o encontro de nós mesmos no passado por meio da pesquisa deixa claro que, como pesquisadores, nós, também, somos parte da atividade. Nós colaboramos para construir o mundo em que nos encontramos. Não somos meros pesquisadores objetivos, [...] somos cúmplices do mundo que estudamos. Para estar nesse mundo, precisamos nos refazer, assim como oferecer à pesquisa compreensões que podem levar a um mundo melhor (CLANDININ e CONELLY, 2011, p. 97).

De acordo com os autores, "a narrativa é o melhor modo de representar e entender a experiência" (CLANDININ e CONELLY, 2011, p. 48), nessa perspectiva, pretende-se a partir da escrita autobiográfica, produzir textos de campo e de pesquisa e analisá-los embasando-nos, principalmente nos escritos de Jorge Larrosa, sobre narrativa e experiência, pensando a etapa de discussão da BNCC e o Currículo para o Ensino de Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para os estudos sobre a organização e o desenvolvimento curricular, propõe-se os estudos dos autores, Michael Apple e José Gimeno Sacristán, considerando o contexto de centralização das políticas sob um viés da cultura do conhecimento hegemônico e das relações de poder que criam complexas tensões no campo do currículo. Para fundamentar a busca das questões envolvendo a educação matemática propõe-se os estudos da autora Célia Maria Carolino Pires.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

| ATIVIDADES | MAR/JUN 2019 | JUL/DEZ 2019 | JAN/JUN 2020 | JUL/DEZ 2020 |
|------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Revisão do Projeto de Pesquisa | X | X | | |
| Levantamento bibliográfico | X | X | X | X |
| Escritas de si | | X | X | X |
| Análise dos dados | | | X | X |
| Redação da dissertação | | | X | X |
| Exame de qualificação | | | X | |
| Revisão e conclusão da dissertação | | | | X |
| Defesa da Dissertação | | | | X |

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael Willian. **A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional?** In: MOREIRA, A. F. B. e DA SILVA, T. T. (Ed.). Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez Editora, 1994 a. cap. 3, p.71-106.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br> Acesso em: 25 set 2018.

CLANDININ, D. Jean; CONELLY, F. MICHAEL. **Pesquisa Narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa**; tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. – Uberlândia: EDUFU, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17^aed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo. Editora Atlas, 2012.

KNIJNIK, Gelsa. **Educação matemática, exclusão Social e Política do Conhecimento**. Bolema. Boletim de Educação Matemática. Rio Claro (SP), v. 17, n. 19, pp.12-28, dez. 2001. Quadrimestral.

LARROSA, Jorge. **Os Paradoxos da Autoconsciência: um conto com prólogo, epílogo e moral, segundo alguns fragmentos das Confissões de Rousseau**. In: LARROSA, Jorge. Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MATE, Cecília Hanna. **As Reformas curriculares na escola**. In: ALMEIDA, Laurinda ramalho de. O coordenador pedagógico e o espaço de mudança. São Paulo. Edições Loyola, 2001.

PERALTA, Deise Aparecida; GONÇALVES, Harryson Júnio Lessa. **Desenvolvimento curricular em educação matemática: possibilidade de (re)politização da esfera pública por meio da ação comunicativa**. In: SILVA, Ricardo Scucuglia Rodrigues da (Org.). Processos formativos em educação matemática: perspectivas filosóficas e pragmáticas. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, p. 47-66.

SACRISTÁN, José Gimeno. **A função aberta da obra e seu conteúdo**. In: SACRISTÁN, J. G. (Org.). Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed.; 9.reimp. Belo Horizonte, MG. Autêntica Editora, 2017.